

(Tradução)

**GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU
DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA**

**BALANÇO DAS ACÇÕES DO GOVERNO REALIZADAS NO ANO 2009 E
PROGRAMA ORÇAMENTAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2010**

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
PRIMEIRA PARTE – BALANÇO DAS ACÇÕES DO GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU REALIZADAS NO ANO 2009.....	2
1. Resposta à crise financeira internacional.....	3
(1) Garantir a estabilidade económica.....	3
(2) Garantir o emprego.....	4
(3) Garantir a qualidade de vida.....	5
2. Cumprimento de missões políticas de importância fundamental	7
(1) Cumprimento da missão exigida pela Constituição – produção da “Lei relativa à Defesa da Segurança do Estado”	7
(2) Implementação da “Lei Básica de Macau”, conclusão dos importantes processos eleitorais.....	8
3. Controlo do crescimento da indústria do jogo, diversificação adequada da economia.....	9
4. Aprofundamento generalizado da cooperação regional	10
5. Reforma administrativa e optimização da eficiência dos serviços administrativos.....	13
(1) Aperfeiçoamento da rede de prestação dos serviços públicos.....	13
(2) Promoção das consultas públicas	13
(3) Optimização das estruturas orgânicas e elevação da eficiência administrativa	14
(4) Aperfeiçoamento do regime de gestão dos trabalhadores dos serviços públicos.....	14
6. Elevação do nível de governação em todas as áreas	14
SEGUNDA PARTE – PROGRAMA ORÇAMENTAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2010	27
CONCLUSÃO	29

**GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU
DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA**

**BALANÇO DAS ACÇÕES DO GOVERNO REALIZADAS NO ANO 2009 E
PROGRAMA ORÇAMENTAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2010**

CHEFE DO EXECUTIVO HO HAU WAH
18 de Novembro de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Excelentíssimos Senhores Deputados:

INTRODUÇÃO

Participando, hoje, neste plenário da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, quero, em primeiro lugar, apresentar as minhas saudações aos senhores deputados desta nova legislatura. Estando prestes a terminar o meu 2º mandato à frente do Governo da RAEM, quero, em cumprimento da Lei Básica e em nome do Governo da Região Administrativa Especial de Macau submeter à apreciação desta Assembleia, o balanço das acções do Governo realizadas no ano 2009 e o programa orçamental para o ano financeiro de 2010.

**PRIMEIRA PARTE – BALANÇO DAS ACÇÕES DO GOVERNO DA
REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE
MACAU REALIZADAS NO ANO 2009**

Senhor Presidente e senhores deputados, permitam-me que comece por fazer um breve balanço do trabalho realizado pelo Governo da RAEM ao longo de 2009.

1. Resposta à crise financeira internacional

No decorrer deste ano, Macau continuou sob os efeitos da crise financeira internacional. No primeiro semestre do ano, o PIB decresceu 12,8% relativamente ao período homólogo do ano passado, situação que criou dificuldades aos cidadãos. Neste contexto, o combate a esta crise grave, por forma a garantir a estabilidade económica e a qualidade de vida da população, tem sido a principal prioridade das acções do Governo.

(1) Garantir a estabilidade económica

A promoção da estabilidade da economia da RAEM constitui uma condição fundamental para assegurar a tranquilidade e harmonia da sociedade. O Governo, tendo em consideração as especificidades desta crise e em estreita cooperação com os sectores sociais, tem acompanhado com atenção os movimentos do mercado financeiro internacional e mantido uma boa comunicação com as autoridades do Interior da China e das regiões vizinhas. O Governo empenhou-se em elevar a sua capacidade de resposta e de tomada de decisão com celeridade e conseguiu neutralizar em tempo oportuno os factores de instabilidade, contribuindo, deste modo, para a redução do impacto negativo causado pela crise financeira internacional em Macau e assegurar o desenvolvimento racional, seguro e estável do sistema financeiro.

O Governo tem dedicado grande atenção e acompanhado a situação relativa aos procedimentos e métodos de comercialização dos instrumentos financeiros. Ainda este ano, o Governo reforçou as acções de monitorização e fiscalização do sector financeiro e intensificou o controlo de riscos deste mercado. O Governo empenhou-se, também, em assegurar a existência de reservas financeiras e liquidez suficientes no sector bancário e a prestação de garantia em pleno (100%) sobre os depósitos em bancos de Macau. O Governo fortaleceu a supervisão das seguradoras e intensificou as acções de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. Relativamente às reservas cambiais e ao Fundo de Reserva da RAEM, o Governo definiu estratégias de investimento adequadas, de forma prudente, segura e firme.

A economia mundial em fase de ajustamento e o surto da Gripe A (H1N1) foram alguns dos factores que causaram um impacto significativo nos sectores predominantes da economia de Macau. Em resposta à quebra registada no sector de turismo, o Governo da RAEM esforçou-se em impulsionar a elevação da qualidade dos serviços prestados pelo sector e em promover a cooperação regional neste âmbito. Além disso, o Governo lançou e alterou atempadamente planos de dinamização económica, dando particular apoio ao turismo de lazer, sector de comércio, convenções e exposições e sector de aviação, esperando assim captar mais visitantes a Macau com vista a aumentar o nível da sua despesa e a salvaguardar a competitividade do turismo local. Estes planos incluem também acções que reflectem o nosso apoio ao sector de turismo de Sichuan.

O Governo reforçou significativamente o seu apoio às pequenas e médias empresas. Os planos em vigor que visavam dar apoio às pequenas e médias empresas foram actualizados para responder às dificuldades de conjuntura. No “Plano de Apoio às Pequenas e Médias Empresas”, o limite máximo da verba de apoio foi aumentado e o fundo de maneiio da empresa passou a estar incluído no âmbito de aplicação da verba de apoio; quanto aos “Planos de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas”, a percentagem e o montante máximo da garantia de créditos aumentaram significativamente. A par disso, o Governo, através do grupo especializado do Gabinete para os Recursos Humanos, acelerou os trabalhos relacionados com o tratamento e aprovação dos pedidos de autorização de mão-de-obra apresentados pelas pequenas e médias empresas. Ainda, este ano, o Governo elevou, uma vez mais, a eficiência e a qualidade dos serviços administrativos, optimizou as condições de investimento e de exploração comercial e estimulou o dinamismo das pequenas e médias empresas, apoiando a sua participação nos projectos de cooperação regional, com vista a oferecer-lhes uma oportunidade de crescimento.

(2) Garantir o emprego

A estabilidade no emprego e a promoção do emprego foram as prioridades das acções do Governo ao longo deste ano. Sendo a construção civil o sector

onde a situação do emprego tem atravessado maiores dificuldades, o Governo criou um significativo número de postos de trabalho através do lançamento de mais de 100 projectos de obras públicas de pequena, média e grande dimensões; o Governo tem vindo sempre a estimular e exortar as empresas para dar prioridade à contratação de trabalhadores locais, e ao mesmo tempo, a desenvolver esforços no sentido de controlar a proporção dos trabalhadores locais dispensados; as autoridades foram resolutas na decisão de reduzir em grande escala o número de trabalhadores não residentes. Assim, o número de trabalhadores não residentes registado nos finais de Setembro do corrente ano diminuiu em mais de 27 mil em relação ao mesmo período do ano transacto, o que representa um decréscimo superior a um quarto do número total do último ano; conseguimos salvaguardar com eficácia a oportunidade de emprego dos trabalhadores locais através do combate implacável da contratação ilegal de mão-de-obra e da conclusão do processo legislativo da Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes; prestámos, ainda, fortes apoios aos desempregados através de um conjunto de medidas promotoras da sua integração e reintegração no mercado de trabalho, nomeadamente através do apoio ao emprego, colocação profissional, formação, estágio, entre outros; pela primeira vez, graduados universitários foram subsidiados para estagiarem em empresas no Interior da China, minimizando as dificuldades de emprego encontradas pelos mesmos e, também, dando-lhes uma oportunidade para melhor conhecer a cooperação regional. Além disso, individualidades da sociedade local contribuíram também para o apoio aos desempregados com a criação das “empresas sociais”. Assim, graças aos esforços de todos, a taxa de desemprego, este ano, deve manter-se a um nível relativamente baixo.

(3) Garantir a qualidade de vida

O Governo continua a atribuir grande atenção aos problemas relacionados com a qualidade de vida da população e tem procurado criar melhores condições de vida para os seus cidadãos. Este ano, o Governo aumentou o valor da comparticipação pecuniária, por forma a elevar a capacidade de resposta da população em situação de risco; lançámos o programa de vales de saúde e promovemos a construção de infra-estruturas da rede de serviços médicos,

como forma de reduzir os encargos de saúde aos cidadãos; reforçámos o investimento de recursos na educação, aumentámos os montantes do Subsídio de Ensino Gratuito e do Subsídio de Propinas, criámos o Subsídio para Aquisição de Manuais Escolares, procurando aliviar os encargos dos encarregados de educação; demos continuidade à atribuição do Subsídio Especial para a Manutenção da Vida visando ajudar as camadas mais vulneráveis para superar as suas dificuldades; lançámos o Programa de Apoio Alimentar de Curto Prazo com vista a apoiar os mais carenciados; ainda, este ano, entrou em funcionamento o primeiro lar de terceira idade construído pelo Governo e entregue à gestão privada, elevando o nível dos serviços prestados aos idosos; foi igualmente criado o primeiro Centro de Serviços Gerais à Família. Esperamos que, através desta cooperação entre o Governo e o sector privado, se possa prestar serviços comunitários de melhor qualidade aos cidadãos. Acelerámos o programa de construção de habitações públicas, anunciámos o plano de urbanização de Seac Pai Van na Ilha de Coloane, demos início ao processo de candidatura para atribuição de habitação social, com vista a melhorar as condições de habitação da população. Em relação às pessoas que não reúnem os requisitos para obtenção de habitações públicas, lançámos o Regime de Bonificação ao Crédito para Aquisição de Habitação Própria e o Plano de Garantia de Créditos para Aquisição de Habitação Própria, procurando responder às necessidades de habitação dos cidadãos de diferentes estratos sociais. Ainda este ano, impulsionámos os trabalhos tendentes à implementação do 2º nível do Regime de Segurança Social de Dois Níveis, decorrente do regulamento administrativo sobre as “Regras Gerais de Abertura e Gestão de Contas Individuais do Regime de Poupança Central”. Esta medida tem merecido largo acolhimento da sociedade.

É importante realçar que, ao longo deste ano, o Governo Central tem acompanhado sempre de perto as medidas adoptadas pela RAEM em resposta à crise financeira internacional, tendo-nos prestado, em tempo oportuno, o seu total e eficaz apoio. As seis orientações e nove medidas definidas pelo Governo Central foram essenciais para a promoção da estabilidade socioeconómica. Tudo isto serviu para criar um ambiente de confiança e condições indispensáveis para que o Governo, à frente da sua população, se munisse de meios necessários para superar as dificuldades.

2. Cumprimento de missões políticas de importância fundamental

(1) Cumprimento da missão exigida pela Constituição – produção da “Lei relativa à Defesa da Segurança do Estado”

Produzir, por si própria, uma lei que salvaguarde a segurança do Estado é, de facto, uma iniciativa indispensável para a RAEM implementar de forma plena a sua “Lei Básica”, e naturalmente, uma responsabilidade constitucional a que o Governo da RAEM não se pode subtrair. Neste sentido, nos finais do ano transacto, o Governo deu início ao processo legislativo da “Lei relativa à Defesa da Segurança do Estado”.

O Governo da RAEM desenvolveu este importantíssimo trabalho de produção legislativa, em estreita colaboração com a Assembleia Legislativa, no estrito cumprimento da Lei Básica, do ordenamento jurídico de Macau e dos princípios do sistema jurídico, tendo sempre em conta a realidade local. O Governo realçou, por várias vezes, que a sua intenção consistia em encontrar um adequado equilíbrio entre a salvaguarda da segurança do Estado e a protecção dos direitos e liberdades fundamentais consagrados na Lei Básica de Macau, nomeadamente, a liberdade de expressão, de imprensa e de edição. Com vista à recolha de forma abrangente das opiniões do público, o Governo lançou actividades de consulta em larga escala e cada uma delas com características diferentes, tendo as mesmas merecido grande apoio e adesão por parte da população, que contribuíram com suas propostas e sugestões.

Logo após a Assembleia Legislativa ter aprovado na especialidade a “Lei relativa à defesa da segurança do Estado”, nos finais de Fevereiro do corrente ano, o Governo deu, de imediato, início à campanha e acções de divulgação e sensibilização, com vista a salvaguardar a implementação com eficácia e a aplicação correcta desta Lei.

(2) Implementação da “Lei Básica de Macau”, conclusão dos importantes processos eleitorais

De acordo com o estipulado na “Lei Básica de Macau”, este ano, foram realizadas com sucesso na RAEM, as eleições para o Chefe do Executivo e para a Assembleia Legislativa, tendo sido, respectivamente eleito o 3º Chefe do Executivo e eleitos e nomeados os deputados da 4ª Assembleia Legislativa.

A Comissão de Assuntos Eleitorais do Chefe do Executivo e a Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa desenvolveram os seus trabalhos de forma ordenada e nos termos da lei. Contando com a colaboração total dos diversos serviços públicos, a Administração desenvolveu várias actividades no âmbito do processo eleitoral e de divulgação, tendo introduzido várias medidas de aperfeiçoamento no processo eleitoral. O uso de meios electrónicos, a nova distribuição dos locais de votos nas eleições da Assembleia Legislativa, entre outros, contribuíram para a elevação da eficiência, a economia de recursos e a conveniência dos eleitores. O Comissariado Contra a Corrupção desenvolveu, de forma empenhada e atempada, acções de divulgação e educação sobre o combate à corrupção eleitoral, e envidou esforços para consciencializar a população da importância de umas eleições limpas, tendo, deste modo, contribuído para que as eleições para a 4ª Assembleia Legislativa tivessem decorrido de forma justa, ordenada e íntegra.

O sucesso das eleições do Chefe do Executivo e da Assembleia Legislativa nos termos da lei, veio a demonstrar que o processo da implementação do princípio de “um País, dois Sistemas” na RAEM está a conhecer um progresso contínuo, garantindo, deste modo, um cenário político estável à RAEM. Acreditamos que este cenário irá consolidar as bases para o desenvolvimento sustentável da RAEM nos tempos vindouros.

3. Controlo do crescimento da indústria do jogo, diversificação adequada da economia

Em conformidade com as necessidades reais do desenvolvimento sustentável da RAEM, o Governo intensificou o controlo do crescimento da indústria do jogo e tomou medidas para acelerar a diversificação adequada da economia.

O Governo tem vindo a adoptar, de forma progressiva, medidas de ajustamento e controlo da dimensão e do ritmo de desenvolvimento deste sector, designadamente, limitar rigorosamente o número de casinos novos e de mesas de jogo, fixar o limite máximo das comissões atribuídas aos promotores de jogo, acompanhar a concretização da saída gradual das salas de máquinas de jogo dos locais com elevada densidade populacional, produzir diplomas regulamentares das actividades dos promotores, promover estudos sobre a implementação do regime de licenciamento dos *croupiers* e dos quadros superiores na área de administração dos casinos, elaborando activamente normas sobre os requisitos para a verificação da idoneidade dos mesmos. O Governo tem mantido uma cooperação estreita com as instituições académicas e as associações cívicas, na divulgação do conceito de “jogo responsável”, procurando, assim, minimizar os efeitos negativos resultantes da indústria do jogo.

O Governo continua a promover de forma adequada um desenvolvimento económico diversificado. A indústria de convenções e exposições tem tido, este ano, um bom ritmo de desenvolvimento. O Governo, para dar continuidade à promoção do desenvolvimento deste sector, tem prestado todo o apoio à realização de exposições em Macau, à organização de exposições locais de referência, à atracção de entidades para aqui organizarem exposições e convenções, à formação de profissionais para esta área e à dinamização de relações de intercâmbio com o exterior. Este ano, dezenas de convenções e exposições de dimensão significativa tiveram lugar em Macau, o que permitiu reafirmar o papel de Macau como plataforma de serviços do comércio regional, bem como apresentar uma perspectiva optimista de desenvolvimento futuro. A recente edição da Feira Internacional de Macau, que teve lugar no mês passado,

foi, até hoje, aquela que teve a maior dimensão, contou com o maior número de países e territórios participantes e teve uma maior abrangência, em comparação com as edições anteriores. Os sectores de logística, de desenhos animados e banda desenhada, de medicina e medicamentos chineses e a indústria de protecção ambiental, entre outros, também deram sinais de um maior crescimento.

O Governo tem investido esforços para promover a reconversão da indústria transformadora tradicional. Para o efeito, o Governo tem incentivado as empresas a adoptarem técnicas adequadas que possibilitem uma resposta rápida e que permitam divulgar a originalidade no *design* dos seus produtos, para assim criarem as suas próprias marcas, promovendo a valorização das indústrias. Através do auxílio à certificação do ISO e do fornecimento atempado das informações económicas e comerciais do estrangeiro, o Governo tem ajudado as empresas exportadoras a ultrapassarem as barreiras não-alfandegárias.

Após um longo período de estudo aprofundado, o Governo chegou à conclusão de que a indústria cultural é um sector de actividade emergente com potencialidades de desenvolvimento na próxima etapa de crescimento da RAEM. Neste sentido, o Governo tem promovido um conjunto de iniciativas destinado ao apoio deste sector emergente, designadamente a aprovação, a breve trecho pelo Conselho Executivo, do regulamento administrativo sobre a criação do Conselho Consultivo do Património Cultural. Estamos convictos de que com a continuação desta política de apoio pelo próximo Governo, a indústria cultural de Macau conhecerá novos horizontes de desenvolvimento.

4. Aprofundamento generalizado da cooperação regional

No decurso do ano, com o intuito de dinamizar a coordenação e o aperfeiçoamento da integração regional, promover o processo de diversificação adequada da economia e acelerar a afirmação do papel de plataforma de serviços comerciais de Macau, o Governo duplicou os esforços em matéria de cooperação regional. Com o grande apoio do Governo Central e a colaboração

da Província de Guangdong e das regiões vizinhas, a cooperação regional obteve um novo progresso.

“As Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas”, publicadas no princípio do corrente ano, vieram a consagrar, a nível do desenvolvimento estratégico nacional, as exigências do aprofundamento generalizado da cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau. Com vista a contribuir para a concretização das Linhas Gerais, o Governo da RAEM decidiu participar em projectos de cooperação nas seguintes quatro áreas: promoção da interconexão de infra-estruturas de grande relevo, fomento da cooperação no sector de serviços, promoção da inovação dos sistemas e do desenvolvimento da zona nova da Ilha da Montanha e da zona de cooperação transfronteiriça Zhuhai-Macau, bem como a criação de uma zona habitacional de qualidade. Para o efeito, o Governo criou um grupo especializado no sentido de melhor conduzir os trabalhos neste âmbito.

No mês passado, representantes dos Governos de Guangdong, Hong Kong e Macau, em conjunto, divulgaram os resultados do “Estudo do Plano de Desenvolvimento Coordenado do Conjunto das Cidades do Grande Delta do Rio das Pérolas”, tendo sido apresentadas estratégias favoráveis ao desenvolvimento regional de forma integrada e ao desenvolvimento dos espaços destinados à harmonização social e à melhoria do ambiente. No que respeita à interconexão de infra-estruturas da região, verificou-se, este ano, um aceleração notável dos projectos. A ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau conseguiu um avanço relevante e as três partes estão a empenhar-se para que a primeira pedra das obras seja lançada no final do corrente ano. As negociações e os estudos respeitantes à criação de correspondência e ligação directa entre o sistema ferroviário interurbano Guangzhou-Zhuhai e o metro ligeiro de Macau, bem como o projecto de ligação directa entre a rede rodoviária de alta velocidade de Guangdong e a rede rodoviária de Macau conheceram avanços. As obras de ampliação do edifício do posto transfronteiriço das Portas do Cerco estão quase concluídas. A cooperação regional noutros domínios também está a decorrer de forma satisfatória.

O “Plano de Desenvolvimento Geral da Ilha da Montanha”, aprovado recentemente pelo Conselho de Estado, anunciou formalmente a abertura da Ilha para acolhimento de projectos de desenvolvimento em todas as vertentes. Este facto constitui uma base essencial para o aprofundamento da cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau, representando também um elemento fundamental para suportar a política de diversificação económica. Em Junho passado, o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional decidiu delegar poderes na RAEM para o exercício de jurisdição no novo *campus* da Universidade de Macau a instalar na Ilha da Montanha. Este facto é demonstrativo da atitude de total apoio do Governo Central aos interesses de Macau, assim como reflecte a colaboração da Província de Guangdong em relação a este projecto. Tudo isto constitui um marco da nova etapa da cooperação regional. Aproveitando estas propícias oportunidades, o Governo da RAEM começou a acelerar a formação de recursos humanos e a aprofundar a cooperação Guangdong-Macau e Zhuhai-Macau. Podemos informar também que, presentemente, o processo de cooperação Zhuhai-Macau está a ser desenvolvido a um ritmo acelerado, tendo ambas as partes chegado a consenso quanto à interconexão das infra-estruturas, ao acesso transfronteiriço facilitado, à cooperação das indústrias e à uniformização dos serviços, com o objectivo comum de promover a integração urbana Zhuhai-Macau.

A celebração do VI Acordo Suplementar do CEPA contribuiu para um maior aperfeiçoamento e consolidação dos projectos de cooperação comercial e económica. Neste âmbito, Guangdong passou a assumir um papel pioneiro no quadro do CEPA e tanto a RAEM como o Interior da China vão sair beneficiados, particularmente no intercâmbio e cooperação económica e comercial com Guangdong.

A par da participação no conjunto de actividades de cooperação da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas que teve lugar em Guangxi, o Governo da RAEM aproveitou esta oportunidade para atrair as empresas da Região do Pan-Delta a utilizar Macau como porta de acesso ao mercado estrangeiro, assim como incentivar as empresas estrangeiras, incluindo as da ASEAN, a utilizar Macau como porta de entrada para a Região do Pan-Delta. Constatamos que a

cooperação Fujian-Macau e Hong Kong-Macau a todos os níveis está a conhecer um grande progresso.

5. Reforma administrativa e optimização da eficiência dos serviços administrativos

(1) Aperfeiçoamento da rede de prestação dos serviços públicos

Estamos a acelerar os trabalhos de instalação do terceiro centro de prestação de serviços ao público e a conclusão deste projecto irá otimizar a rede de prestação de serviços por zonas. No edifício de prestação de serviços públicos gerais, que entrará em funcionamento no final do ano, estão congregados 14 delegações de organismos públicos que oferecem um total de 143 tipos de serviços aos cidadãos. A complementaridade entre a prestação de serviços públicos por zonas e a prestação de serviços centralizada é essencial para a construção de um mecanismo de coordenação interdepartamental no âmbito dos assuntos relativos à qualidade de vida da população.

(2) Promoção das consultas públicas

O Governo tem envidado esforços para aumentar a transparência das suas políticas. Dirigentes e chefes dos serviços públicos deslocam-se cada vez mais frequentemente aos bairros comunitários para entrar em contacto directo com as associações e cidadãos ali residentes, auscultar as opiniões do público e divulgar as políticas. Tudo isto contribuiu para alargar o universo das entidades e pessoas auscultadas e aprofundar o nível das consultas. As “palestras comunitárias” motivam os cidadãos a exprimir directamente as suas opiniões, constituindo um mecanismo de comunicação regular entre o Governo e a sociedade civil. Os Conselhos Consultivos de Serviços Comunitários que são formados por individualidades que prestam serviços à comunidade, têm-se empenhado em transmitir, de forma global e oportuna, as aspirações da população em relação às suas condições de vida, o que evidencia a utilidade das consultas públicas.

(3) Optimização das estruturas orgânicas e elevação da eficiência administrativa

Face às necessidades de desenvolvimento social, o Governo criou a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental e reestruturou os Serviços de Polícia Unitários e o Comissariado contra a Corrupção. O Governo recorreu à tecnologia e técnicas de gestão modernas para implementar o projecto do Governo Electrónico e aumentar a eficiência administrativa. Alargámos o âmbito de aplicação da Carta de Qualidade. O Governo lançou vários serviços segundo o modelo *one-stop* na área das obras públicas e adoptou medidas para otimizar os procedimentos, elevando a eficiência e respondendo às preocupações do sector nesta área. Alargámos o âmbito de utilização do Bilhete de Identidade do tipo “cartão inteligente” e iniciámos a emissão dos documentos de viagem electrónicos no sentido de facilitar a deslocação ao exterior dos cidadãos.

(4) Aperfeiçoamento do regime de gestão dos trabalhadores dos serviços públicos

O Governo procedeu à revisão dos regimes jurídicos do pessoal de direcção e chefia e dos trabalhadores dos serviços públicos e aperfeiçoou as normas sobre as carreiras da função pública. Para além da reforma do desenvolvimento profissional dos trabalhadores, introduzimos um mecanismo de acesso interno como medida de incentivo. O Governo tem continuado a realizar acções de formação destinadas ao aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores e incentivá-los a participar no Plano sobre a Criatividade dos Funcionários Públicos.

6. Elevação do nível de governação em todas as áreas

A cooperação reforçada entre os serviços responsáveis pela redacção legislativa e os serviços competentes contribuiu para a conclusão célere de trabalhos de produção jurídica. Este ano, foram aprovadas 19 leis e publicados 31 regulamentos administrativos e as actividades de divulgação jurídica têm sido prosseguidas de forma aprofundada e contínua.

O Governo, para garantir que o processo eleitoral para a 4ª Assembleia Legislativa se realizasse longe da sombra de corrupção, adoptou um conjunto de medidas rigorosas para garantir a aplicação correcta das leis e, para isso, promoveu uma divulgação alargada da legislação. Com a aprovação da lei “Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado”, o Comissariado contra a Corrupção passou a poder exercer a sua função de fiscalização sobre o sector privado. Continuamos a implementar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, a divulgar a noção de integridade, a concretizar a política de impugnação administrativa, a incentivar os trabalhadores dos serviços públicos a elevar a sua deontologia profissional e a promover o valor de honestidade junto da sociedade.

No que diz respeito aos serviços de auditoria, reforçámos as auditorias de resultados, auditorias às contas e auditorias específicas. Lançámos, a título experimental, a auditoria sistemática, elaborámos um conjunto de regras mais razoáveis e propusemos a auditoria de valor acrescentado. O “Seminário sobre Desenvolvimento de Técnicas de Auditoria”, promovido em Macau pela Organização das Instituições Supremas de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, contribuiu para o reforço de intercâmbio multilateral e a elevação do nível dos serviços de auditoria.

Tendo em conta as necessidades resultantes do desenvolvimento da sociedade, o Governo empenhou-se no reforço da comunicação com os cidadãos, na promoção da cooperação regional, na actualização sistemática das políticas de segurança e na optimização da gestão interna, no sentido de consolidar o sistema de controlo de segurança. Reforçámos a capacidade de intervenção em situações de emergência, a consciência das empresas e da população relativamente ao combate a incêndios, bem como o nível da protecção civil.

A par da adopção de medidas dissuasoras para a prevenção de crimes graves, reforçámos o controlo e combate à pequena criminalidade. Simplificámos os trâmites burocráticos para a participação de crimes. Continuamos a sensibilizar a população em relação aos efeitos nefastos

resultantes do consumo da droga, combater o seu tráfico, o tráfico de pessoas e actos criminosos ligados ao jogo e reforçar as medidas preventivas em relação à nova criminalidade, nomeadamente os que recorrem à *Internet* para a sua prática.

O Governo tem elevado o nível do controlo alfandegário e a eficiência de desalfandegamento, no sentido de proteger a propriedade intelectual e fomentar a logística e o comércio externo.

Continuamos a promover a estratégia de “prioridade dos transportes públicos”, a aperfeiçoar a gestão de oferta e procura de transportes públicos e a melhorar a prestação dos serviços nesta área. Iniciámos as obras da 1ª fase do sistema do metro ligeiro e a construção da rede integrada de transportes públicos. Quanto à aplicação da Lei do Trânsito Rodoviário, o Governo reforçou a autuação das infracções, nomeadamente a condução em estado de embriaguez, de modo a garantir a segurança rodoviária.

No plano do ensino superior, o Governo empenhou-se na produção de legislação reguladora do ensino superior, procedeu ao ajustamento de diversos cursos superiores, promoveu o ensino com um conteúdo mais abrangente, reforçou o corpo docente e estabeleceu um mecanismo de avaliação da qualidade do ensino. Iremos elevar o nível do ensino superior de Macau tirando partido da instalação do novo *campus* da Universidade de Macau na Ilha da Montanha.

O Governo continua a apoiar os estabelecimentos de ensino não superior, aprofundando o programa de escolaridade gratuita. Mediante a optimização das instalações físicas de ensino e dos recursos humanos, bem como a atenção e apoio aos docentes nos seus trabalhos profissionais e vida privada, procuramos incentivar as escolas a elevar a qualidade do seu ensino. O Governo envidou esforços no programa de crescimento dos jovens, colocou à disposição dos mesmos mais estabelecimentos e instalações, promoveu o amor pela Pátria e o espírito de servir a comunidade, a fim de formar uma geração de jovens inteligentes e virtuosos, com potencialidades para se desenvolverem em todas as áreas.

Face ao surto da Gripe A (H1N1) em Macau e em todo o Mundo, activámos o mecanismo de coordenação para situações de emergência, reforçando em todas as vertentes as acções preventivas e encomendando imediatamente vacinas em doses suficientes. Oferecemos apoio financeiro aos estabelecimentos de ensino no âmbito de prevenção e controlo desta epidemia, no sentido de que toda a comunidade esteja em condições para resistir esta doença epidémica.

Iniciámos o processo tendente à construção de um hospital de urgência nas Ilhas, desenvolvemos a medicina electrónica, reforçamos os serviços de cuidados de saúde, prolongámos, a título experimental, o horário de funcionamento dos serviços médicos e criámos e pusemos a funcionar a Comissão de Prevenção e Controlo das Doenças Crónicas. Intensificámos as acções tendentes ao controlo do tabagismo e desenvolvemos os trabalhos preparatórios necessários à aprovação e aplicação da legislação reguladora desta matéria. Promovemos a cooperação entre as instituições de saúde governamentais e não-governamentais, melhorando os serviços médicos prestados pelas redes comunitárias de saúde.

O Governo procedeu à integração das vantagens competitivas resultantes da classificação de Macau como Património Mundial, da singularidade da sua cultura e da realização de eventos de grande escala, com vista ao aperfeiçoamento dos itinerários turísticos do programa “Excursões com Qualidade”, à captação de mais turistas do Interior da China e do estrangeiro e à promoção do conceito de turismo diversificado e de qualidade.

Através da promoção alargada do Festival Internacional de Música de Macau e do Festival de Artes de Macau, procurámos criar um marco cultural. O Governo tem apelado às associações de artistas para elevar a componente criativa das suas obras, encorajando o espírito de criatividade junto dos artistas locais e incentivando o hábito de leitura. Esperamos que a nossa política cultural possa criar mais oportunidades para os artistas locais.

Por ocasião do 60.º aniversário da implementação da República Popular da China e do 10.º aniversário de criação da RAEM, o Governo tem vindo a dar apoio às associações na realização de diversas actividades no sentido de enriquecer a vida cultural dos cidadãos e divulgar o conceito “Amor pela Pátria e por Macau”. A aceleração dos trabalhos de instalação do Pavilhão de Macau na Exposição Mundial de Shanghai e a sua conclusão com sucesso irão contribuir para consolidar a imagem global de Macau.

Os trabalhos desenvolvidos para a preservação do património cultural do Centro Histórico de Macau constituem uma estratégia integrada de protecção do património cultural. Com o empenho conjunto da Província de Guangdong, Hong Kong e Macau, a Ópera Cantonense conseguiu ser classificada como um património cultural intangível da Humanidade pelas Nações Unidas. Desenvolvemos trabalhos tendentes à candidatura de 3 matérias para classificação como Património Cultural Nacional Intangível.

O número de instalações desportivas abertas ao público é cada vez maior. O Governo, a par de organizar um grande conjunto de actividades de manutenção física, tem promovido a prática desportiva e generalizado o conceito de desporto para todos. Intensificámos a formação dos atletas de alta competição, através de programas de aprendizagem e intercâmbio com o exterior e da participação activa em eventos desportivos internacionais.

Projectámos construir um parque de esculturas das comunidades étnicas, otimizar as zonas de lazer nos Bairros da Barra e Tamagnini Barbosa e pôr em funcionamento a pista de ciclismo localizada no COTAI, de modo a colocar à disposição dos cidadãos mais instalações municipais benéficas à saúde.

No âmbito da protecção ambiental, intensificámos as acções de divulgação, produção legislativa, planificação e fiscalização. O Governo tem garantido o abastecimento energético seguro e estável, promovendo a poupança no consumo de energia. Para fazer face ao impacto da salinidade da água, temos prestado grande apoio ao Interior da China na construção de um sistema de abastecimento de água para Macau e envidámos esforços para educar a

sociedade sobre a necessidade de economizar o consumo de água. Além disso, estabelecemos três níveis de alerta de *storm surge*, acelerámos as obras de remodelação do sistema de drenagem de água, de modo a minimizar o impacto das inundações para a população.

Para além de apoiar e financiar a investigação científica, o Governo lançou um programa de prémio de ciência e tecnologia. As universidades de Macau alcançaram um nível de reconhecimento internacional no âmbito de investigação científica na área de projectos da ciência microelectrónica. O sucesso na investigação científica relativa à medicina chinesa obteve atribuição de patentes pelas autoridades nacionais. Temos avançado na concretização dos projectos de televisão digital e satélite e na construção de redes de banda larga sem fios. Com o Centro de Ciência de Macau a ser inaugurado em breve, iremos reforçar o trabalho de generalização científica e promover o espírito de pesquisa.

Senhor Presidente e Senhores Deputados,

Tem sido prática habitual do Governo todos os anos aproveitar o momento de apresentação das Linhas de Acção Governativa para fazer o balanço do que tem sido feito ao longo do ano. Uma vez que estamos a aproximarmo-nos da data da celebração do 10º aniversário do estabelecimento da RAEM, permitam-me que faça, também, uma retrospectiva em relação a tudo o que se tem sido feito nestes últimos dez anos.

Ao longo destes dez anos, sob a correcta liderança e o forte apoio dispensados pelo Governo Central, e ainda, graças à colaboração activa de toda a população, o Governo da RAEM tem desenvolvido empenhadamente as suas acções no escrupuloso cumprimento da “Lei Básica de Macau”, investindo todas as suas energias na sedimentação das políticas “um País, dois Sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia. O Governo da RAEM tem vencido inúmeros desafios, desenvolvido novos projectos, impulsionado o crescimento da economia, dedicado esforços no aperfeiçoamento da qualidade de vida da população e promovido a participação

cívica da população, alcançando, assim, os primeiros sucessos do grandioso conceito “um País, dois Sistemas”. Os primeiros resultados desta estratégia conquistados pelo Governo, são hoje visíveis e representam uma parte fundamental do percurso de desenvolvimento da RAEM. Entretanto, devemos admitir que neste processo existem ainda muitos aspectos que exigem ser aperfeiçoados.

Ao longo destes dez anos, o Governo tem aplicado a “Lei Básica de Macau” em toda a sua plenitude, defendendo sem vacilação o princípio de predominância do Poder Executivo e cumprido com fidelidade e rigor, as políticas definidas pelo Governo Central para Macau. O Governo tem conseguido manter a ordem e a segurança na sociedade, superado os maiores desafios e garantido o bem-estar da população, contribuindo para o desenvolvimento harmonioso da RAEM. O Governo tem mantido uma relação de colaboração sincera com a Assembleia Legislativa, submetendo a sua acção à fiscalização deste órgão, e assegurado o exercício do poder judicial independente, incluindo o de julgamento em última instância.

O Governo da RAEM tem envidado esforços na protecção dos direitos e liberdades fundamentais dos residentes. Temos sempre adoptado uma atitude aberta face às diversas opiniões e aspirações da população e procurado, através de medidas eficientes, atenuar as suas dificuldades e resolver as conflitualidades sociais. Temo-nos empenhado no combate ao crime e na melhoria da segurança, com vista à harmonia e estabilidade social. Além disso, temos procedido às reformas administrativa e jurídica para otimizar os nossos serviços e elevar a eficiência administrativa. Temos reforçado os trabalhos no âmbito do combate à corrupção, o que permitiu a elevação do nível de integridade no seio do corpo dos trabalhadores da função pública. Temos incrementado o grau de transparência das acções de governação, tornando o nosso Governo mais responsável perante o público. Temos intensificado a cooperação com as associações dos diversos sectores e a Imprensa, a fim de desenvolver acções de recolha de opiniões sobre as políticas do Governo e promover uma maior participação dos cidadãos na vida pública da RAEM. Em cumprimento das disposições da “Lei Básica”, o Governo tem vindo a impulsionar, gradualmente, o processo de democratização em Macau.

A par da promoção de outras acções políticas, o Governo, de forma prudente e cautelosa, lançou-se, progressivamente, à procura de soluções para resolver os diversos conflitos sociais profundos legados pela História. Neste processo, o Governo conseguiu encontrar um ponto de equilíbrio entre a resolução dos conflitos profundos e a salvaguarda da estabilidade social e promoção do crescimento económico. O Governo soube retirar ensinamentos e acumular experiências a partir da resolução de conflitos específicos, para, de forma empenhada, cautelosa, firme e adequada, promover a resolução de outros conflitos mais profundos. Ao longo destes dez anos de desenvolvimento, o Governo tem vindo a acumular experiências que irão contribuir para resolver conflitos profundos que possam surgir no futuro.

Desde a implementação da política de liberalização adequada da indústria do jogo, o desenvolvimento do sector dominante de Macau conheceu novas transformações, a economia registou um maior crescimento e os ramos de actividade conexos a esta indústria ganharam maior dinamismo. Estes factos vieram a contribuir para o incremento das nossas capacidades e a melhoria da situação de emprego e da vida dos cidadãos. Todos reconhecemos que, devido ao fraco desenvolvimento da economia de Macau no passado, existia um significativo número de famílias dos estratos sociais mais baixos em situação de indigência. Todavia, com o rápido desenvolvimento do sector dominante e dos ramos de actividade conexos, um grande número de jovens e pessoas de média idade passou a conseguir emprego de remunerações mais atraentes, aumentando, em grande escala, os rendimentos das suas famílias. Este fenómeno contribuiu para que o fosso entre os pobres e os ricos tivesse sido reduzido e que a situação de “pobreza intergeracional” fosse atenuada na RAEM. Por outro lado, com o aumento das receitas do Governo, foi-nos possível criar condições mais favoráveis para o desenvolvimento sociocultural da RAEM, especialmente no que respeita à melhoria da qualidade de vida da população. O Governo, em estreita colaboração com a sociedade civil, adoptou fortes medidas de apoio com características diversificadas, com vista a ajudar as camadas mais fragilizadas, e envidou maiores esforços no aperfeiçoamento do regime de segurança social. Podemos afirmar que, o crescimento económico da RAEM consolidou condições favoráveis para o futuro desenvolvimento concertado e sustentável da RAEM.

A rápida expansão do sector do jogo tem trazido um conjunto de novos problemas à RAEM. Perante esta realidade, o Governo adoptou um pacote de medidas de controlo e outras medidas necessárias, nomeadamente a gestão racional do uso de terras, a elevação dos requisitos para o exercício de actividade neste sector, como forma de controlar a dimensão do desenvolvimento desta indústria. Além disso, o Governo passou a exercer uma fiscalização mais rigorosa e orientada sobre as operadoras do jogo, envidando esforços para fomentar um desenvolvimento adequado e progressivo deste sector. A par disso, o Governo, em estreita cooperação com a sociedade civil, empenhou grandes esforços nos trabalhos de prevenção e controlo do jogo compulsivo, procurando atenuar os seus efeitos negativos e reduzir os custos para a sociedade.

O Governo tem sempre dado particular atenção à questão da natureza homogénea da estrutura económica de Macau, trabalhando com todo o empenho para promover a sua diversificação adequada. Neste sentido, o Governo procurou, com todos os esforços, promover a optimização dos sectores principais, com destaque para o sector do turismo, esperando conseguir uma diversificação gradual dos produtos oferecidos e da proveniência dos turistas. Presentemente, o turismo integrado está ganhando força, com mais pessoas a optarem por umas férias descontraídas e de lazer. O Governo, em conjunto com o sector, tem redobrado esforços no sentido de consolidar uma plataforma de serviços nos campos económico e comercial, tendo o emergente sector de convenções e exposições registado grandes progressos, tanto em termos de realizações como de qualidade das mesmas. Através dos esforços envidados na optimização das condições de investimento e de exercício de actividades, e em nome de uma maior diversificação, reforçámos os apoios prestados às pequenas e médias empresas locais, estimulámos as indústrias tradicionais, impulsionámos o desenvolvimento estável de outros ramos de actividade e assistimos ao surgimento de novas indústrias com potencialidades.

Em consonância com as tendências de desenvolvimento internas e externas do País, e tomando em consideração a realidade local, o Governo tem prosseguido uma estratégia denominada “estabelecer relações com territórios e países distantes e consolidar a integração com países e territórios vizinhos”, participando activamente no quadro da cooperação regional, no sentido de dar maior vitalidade à economia e promover o desenvolvimento das diversas causas sociais, nomeadamente, a qualidade de vida da população, cultura e desporto, entre outras. Através desta experiência, ficámos a conhecer que o processo de diversificação adequada da economia não depende apenas do impulsionamento da diversificação das indústrias locais, pois interessa, também, tirar partido da cooperação regional para criar novas oportunidades às nossas indústrias, atenuando as dificuldades resultantes da escassez de recursos em terrenos e de recursos humanos da RAEM. E é por este motivo, que o Governo está empenhado em aumentar o investimento nesta área e na participação activa e planeada nos projectos de integração económica Guangdong – Hong Kong – Macau.

O Governo tem sempre colocado na primeira linha das suas preocupações uma solução que harmonize as necessidades de crescimento económico e a edificação de uma sociedade de valores humanistas. Em relação à segunda vertente, implementámos a política de escolaridade gratuita para o ensino não superior e promovemos a reforma e a modernização do sistema educativo. A candidatura de Macau a Património Mundial e as necessidades de conservação do nosso património cultural serviram para alertar a população sobre a singularidade da cultura local, bem como para o carácter único da nossa identidade. Procurámos proporcionar à população oportunidades para conviver com a arte, a cultura e a prática de actividades desportivas e recreativas, com vista a oferecer uma vida cultural diversificada aos nossos cidadãos. Fizemos esforços para criar um ambiente favorável à aprendizagem e auto-qualificação contínua. A edificação de valores humanistas constitui um empreendimento de valor incalculável para a sociedade, mesmo que os seus resultados não sejam visíveis dentro de um curto espaço de tempo. No entanto, com o decurso do tempo, os frutos dos nossos esforços serão sedimentados e assimilados pela população, justificando plenamente todos os investimentos feitos pelo Governo para atingir esta meta.

Tomámos medidas para apoiar e incentivar os nossos cidadãos a deslocarem-se com maior frequência ao Interior da China para desenvolver todo o tipo de projectos de intercâmbio e estudo, com vista a aumentar os seus conhecimentos sobre a realidade do nosso País e reforçar os seus laços de afectividade em relação à Pátria. Encorajámos os funcionários e a população a visitar diferentes regiões do nosso País e países estrangeiros, a fim de viverem experiências novas e úteis para os interesses de Macau. Macau, hoje, é uma sociedade cada vez mais aberta e tolerante, com um sentido de pertença nacional sedimentado na cultura da nossa população e dotada de uma visão internacional. A formação de cidadãos locais com potencialidades e talentos especiais constitui uma prioridade governativa. Temos apostado na organização de acções de formação cívica e de divulgação de conhecimentos sobre as realidades do nosso País, por forma a que o patriotismo e o amor a Macau ganhem raízes profundas nesta terra e que estes valores sejam transmitidos às gerações futuras.

Não obstante os sucessos da RAEM, estamos cientes de que ao longo dos últimos dez anos de desenvolvimento, existem ainda insuficiências na governação e que muitos aspectos podem ser melhorados. A qualidade de prestação de serviços públicos, a eficiência administrativa e até os resultados da reforma do sistema jurídico ainda estão aquém de corresponder às necessidades do progresso social e das expectativas dos nossos cidadãos e as contradições sociais latentes exigem um maior investimento de esforços para a sua resolução adequada. Devemos admitir que os esforços que temos desenvolvido para promover uma maior diversificação económica ainda não produziram resultados visíveis e o crescimento acelerado socioeconómico que tem caracterizado Macau nestes últimos anos tem pecado por uma coordenação deficiente, resultando num desenvolvimento desequilibrado das indústrias locais. No capítulo de oferta e procura de recursos humanos, emprego, condições habitacionais, transportes, desenvolvimento das pequenas e médias empresas e problemas sociais resultantes do crescimento da indústria do jogo, há ainda margem para melhorar as nossas políticas. Constatámos também que os nossos esforços para a construção de uma sociedade mais humanista, dotada de valores éticos, não acompanharam o ritmo do crescimento económico.

Admitimos, também, que devemos investir mais recursos para apoiar as indústrias culturais locais.

A construção de habitação pública está na primeira linha das preocupações da nossa população. Esta é uma problemática que envolve vários aspectos. Em termos objectivos, a RAEM não dispõe de terrenos suficientes e as flutuações bruscas do mercado imobiliário, passando, num curto espaço de tempo, de uma situação de estagnação para um cenário de crescimento desenfreado, levou a que o Governo e o mercado tivessem dificuldade em responder adequadamente a esta realidade. Em termos subjectivos, devemos reconhecer que as nossas capacidades de previsão e avaliação das flutuações do mercado imobiliário não estão à altura das necessidades e a eficiência administrativa e as políticas definidas não têm acompanhado esta evolução. Atendendo a esta realidade, o Governo acolheu as ideias e sugestões da sociedade civil, reservando terrenos para a construção de mais habitação pública num curto espaço de tempo. De acordo com o planeamento das obras em curso, temos condições de afirmar que até 2012, 19 000 unidades de habitação pública estarão disponíveis para os cidadãos necessitados.

Estes anos de experiência governativa ensinaram-nos que o cerne de toda a acção política do Governo deve fundamentar-se, sempre, na afirmação do valor de integridade. O que sucedeu no passado fez-nos ter mais consciência da gravidade do fenómeno de corrupção e os seus custos elevados ainda hoje se fazem sentir, com consequências profundas. Temos a obrigação de ter sempre presente que o combate à corrupção é uma missão permanente e de importância fundamental. O Governo tem de estar munido de uma vontade firme para dar continuidade a todas as acções de combate à corrupção, sem desfalecimentos. O órgão responsável pelo combate à corrupção deve reforçar todas as acções de fiscalização para punir com severidade as infracções e intensificar as actividades pedagógicas tendentes a disseminar o valor de honestidade, com vista a sedimentar as noções de integridade em todo o tecido social. O corpo de funcionários públicos, em especial os quadros superiores, deve ter sempre presente, um sentido de alerta sobre o que é correcto em cada momento. As

acções de divulgação da integridade devem estender-se a todas as escolas e instituições de educação cívica, com vista a promover gradualmente a qualidade cívica da nossa população, em especial, a das gerações jovens. Acreditamos que, os esforços desenvolvidos para alcançar a meta desta missão de passagem de testemunho de uma geração para outra, irão contribuir para a consolidação de uma cultura de integridade na RAEM.

O Governo, durante estes anos, tem-se empenhado na construção de uma Administração moderna e vocacionada para a prestação de serviços. Queremos deixar sedimentadas no nosso sistema administrativo as noções de melhor servir o público e a racionalidade das decisões políticas fundamentadas em estudos científicos. Entendemos que, alicerçados a estes valores, seremos capazes de ser exigentes em relação ao nosso desempenho pessoal. Devemos generalizar esses valores em todos os regimes, políticas e medidas, por forma a ampliar os seus efeitos positivos em todas as vertentes de governação, elevando a eficácia das nossas acções políticas e reduzindo as falhas.

Nestes dez anos, a RAEM viu-se obrigada a enfrentar um conjunto de provações, desde a estagnação económica, a pneumonia atípica, a epidemia de gripes, as transformações socioeconómicas bruscas até aos desafios de graves consequências resultantes da crise financeira internacional. Contando com o apoio incondicional do Governo Central, o Governo, em comunhão de esforços com toda a população, empenhou-se em concentrar energias para enfrentar os desafios com serenidade, tendo conseguido superar as dificuldades e aperfeiçoado aspectos menos conseguidos das suas políticas. A experiência que acumulámos ao longo destes anos, com os seus sucessos e insuficiências, constitui um legado de valor inestimável para a concretização do princípio “um País, dois Sistemas” e para a promoção do desenvolvimento sustentável da RAEM no futuro.

SEGUNDA PARTE – PROGRAMA ORÇAMENTAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2010

Senhor Presidente e Senhores Deputados,

Permitam-me que faça em seguida uma breve apresentação sobre o programa orçamental para o ano financeiro de 2010.

Após uma ampla troca de opiniões com o 3º Chefe do Executivo, Doutor Fernando Chui Sai On, chegámos a um consenso quanto ao programa orçamental para o ano financeiro de 2010. Ambos entendemos que, embora a elaboração do Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2010 caiba ao próximo Governo, o presente Governo deve preparar as bases do orçamento referente ao próximo ano, a bem da estabilidade e desenvolvimento da RAEM, do normal funcionamento dos serviços públicos, e em cumprimento das exigências previstas na lei. No primeiro trimestre do próximo ano, o Doutor Fernando Chui Sai On irá apresentar à Assembleia Legislativa o Relatório sobre as Linhas de Acção Governativa referente ao Ano Financeiro de 2010. Hoje, vou apresentar as bases do programa orçamental para o próximo ano. O programa orçamental para o ano financeiro de 2010 contempla, essencialmente, as despesas administrativas indispensáveis para o normal funcionamento dos serviços públicos, os encargos assumidos pelo Governo para serem realizados no próximo ano, e as dotações de verbas para as obras públicas referentes ao primeiro trimestre do próximo ano. O Governo decidiu, também, manter as medidas de isenção e redução de taxas e impostos adoptadas nestes últimos anos, com o intuito de ajudar as empresas e os cidadãos a enfrentar as pressões e dificuldades resultantes da crise financeira internacional.

O Governo irá manter as medidas de isenção e redução de taxas e impostos implementadas em 2009: O Governo irá dar continuidade à redução em 25% do imposto profissional a toda a população activa, mantendo o limite de isenção deste imposto em 120 000 patacas (anteriormente era de 95 000 patacas); dar continuidade à política de isenção do pagamento da contribuição industrial, da taxa de licença de exploração dos vendilhões, da renda das bancas dos

mercados, do imposto do selo sobre os seguros, incluindo o seguro de vida, e do imposto do selo sobre os trâmites bancários; dar continuidade à política de isenção da taxa da licença de reclamos e tabuletas das unidades comerciais (à excepção da publicidade ao tabaco) e do imposto de turismo dos estabelecimentos de restauração; dar continuidade à política de isenção da contribuição predial até 3 500 patacas; manutenção do valor de 200 000 patacas de matéria colectável a beneficiar de isenção do imposto complementar sobre rendimentos (anteriormente era de 32 000 patacas); e os residentes permanentes de Macau que não possuam imóveis e que venham a comprar a primeira habitação, continuarão a beneficiar da isenção do pagamento do imposto do selo sobre a transmissão do imóvel até 3 milhões de patacas do valor da propriedade (aplicável apenas a unidades habitacionais). Com a aplicação destas medidas, o Governo deixará de receber receitas fiscais de valor superior a 900 milhões de patacas.

O Governo irá, também, manter os planos de subvenção das tarifas de autocarros destinados a beneficiar os idosos, estudantes e cidadãos em geral, assim como, dar continuidade à política de subvenção das tarifas de energia eléctrica domésticas e à política de subsídio aos trabalhadores por conta de outrem, a tempo inteiro, de baixos rendimentos. O Governo dará também continuidade ao programa de distribuição de vales de saúde lançado em 2009 e que ainda não chegou ao seu termo.

O Governo irá concretizar a implementação do Regime de Segurança Social de Dois Níveis. Para isso, no primeiro trimestre de 2010, o Governo irá proceder à abertura de contas individuais no Regime de Poupança Central a favor de todos os residentes de Macau que reúnam os requisitos. Tendo o saldo de execução orçamental do ano 2008 atingido o valor de 25 100 milhões de patacas, decidimos transferir 3 300 milhões de patacas para estas contas, dotando cada uma delas com uma verba de activação no montante de 10 mil patacas.

O Secretário para a Economia e Finanças, doutor Francis Tam, irá, por sua vez, em nome do Governo da RAEM, apresentar a esta Assembleia, de forma detalhada, a proposta da Lei do Orçamento referente ao ano financeiro de 2010.

Senhor Presidente e Senhores Deputados,

Com os nossos esforços conjuntos, os saldos financeiros da RAEM conheceram um crescimento considerável. Estimamos que, o saldo de execução orçamental do ano 2009 poderá vir a ultrapassar as 10 mil milhões de patacas. Assim, por ocasião das celebrações comemorativas do décimo aniversário do estabelecimento da RAEM, contando com a dedução dos 3 300 milhões de patacas destinadas à abertura de contas individuais no Regime de Poupança Central, os saldos financeiros acumulados e o Fundo de Reserva da RAEM irão totalizar o valor de 100 mil milhões de patacas, constituindo uma base financeira sólida para apoiar o futuro desenvolvimento da RAEM.

CONCLUSÃO

Senhor Presidente e Senhores Deputados,

Ao longo destes dez anos, o processo de crescimento da RAEM tem sido marcado por momentos de grande dinamismo e espírito empreendedor, e tempos de regozijo e alegria pelos sucessos colectivos, mas também houve períodos de maiores dificuldades e faltas, conflitos e desafios. Contudo, é de saudar que, hoje, estamos perante uma situação em que a dinâmica de desenvolvimento da RAEM se mantém imparável, com reflexos na elevação sustentada da nossa competitividade em todas as vertentes. As medidas tendentes ao aperfeiçoamento do sistema jurídico estão a ser progressivamente concretizadas, a sociedade em geral vive num ambiente de estabilidade e tranquilidade, a qualidade de vida dos cidadãos tem vindo a ser melhorada, os residentes podem usufruir dos benefícios de novas infra-estruturas e o panorama cultural e ético tem apresentado resultados que nos deixam satisfeitos. Pessoalmente, o que me tem causado mais satisfação e gratificação tem sido o facto de, muito embora nos últimos dez anos os nossos cidadãos terem apresentado críticas e expectativas pontuais em relação à actuação do Governo, chegando até a manifestar, em diferentes fases, insatisfação em

relação a alguns fenómenos sociais e políticas governamentais específicas, eles sempre se mantiveram firmes e solidários no seu apoio às linhas traçadas no âmbito do princípio “um País, dois Sistemas”, e em nenhum momento deixaram de amar com fervor a sua Pátria e a sua terra, Macau.

A capacidade da RAEM em superar os desafios, mantendo o rumo de um desenvolvimento estável e conquistando êxitos que não estão ao alcance de todos, depende, em primeiro lugar, do apoio incondicional do Governo Central, bem como da excelência de um quadro institucional criado à luz do princípio “um País, dois Sistemas” e da vitalidade desta concepção política, das garantias jurídicas consagradas na Lei Básica e ainda, da dedicação empenhada e esforços contínuos de toda a população, na qual se incluem os trabalhadores da função pública.

Olhando para o futuro, antevejo no horizonte a coexistência de oportunidades e desafios. Cabe-nos rever sempre as nossas acções, retirar ensinamentos das nossas experiências, trabalhar com afinco para conquistar novos êxitos e acompanhar sempre a evolução dos tempos, no sentido de assegurar o pleno triunfo na concretização do princípio “um País, dois sistemas.”

Estamos convictos que, sob a correcta orientação e forte apoio do Governo Central, o 3º Governo liderado pelo Doutor Fernando Chui Sai On, saberá trabalhar com maior coesão e solidariedade, conduzindo a grandiosa causa “um País, dois Sistemas” a um patamar superior na RAEM.

Por último, quero deixar aqui expresso o meu sincero agradecimento ao Governo Popular Central e aos seus organismos sediados em Macau pela atenção e sólido apoio que têm dispensado à RAEM ao longo dos anos.

Quero agradecer, também, à Assembleia Legislativa, aos trabalhadores dos serviços públicos e à população pelo grande apoio dado às acções do Governo.

Dou por terminada a minha intervenção. Os meus agradecimentos ao Senhor Presidente e aos Senhores Deputados.